

Decreto-lei está previsto

O ministro José Hugo Castelo Branco, chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, assegurou ontem que o presidente José Sarney vai baixar o pacote econômico do Governo via decreto-lei se a proposta não for aprovada hoje pelo Congresso Nacional. "Se não houver aprovação, não haverá outra alternativa", alegou.

A eventual edição de um novo decreto-lei, recurso utilizado pelos governos militares para aprovar projetos polêmicos sem a necessidade de votação prévia pelo Congresso, não trará, na opinião de José Hugo, problemas para o Governo da Nova República: "O presidente Sarney assumiu a oito meses e já

deu provas de que não pretende valer-se dos decretos-leis, mas num caso como esse, de extrema necessidade, o povo compreenderá", acredita.

Este seria o segundo decreto-lei do Governo José Sarney. O primeiro foi editado no mês passado, quando foram liquidados os Bancos Comind, Auxiliar e Maisonnave. O ministro José Hugo não culpa o Congresso se, eventualmente, o pacote econômico tiver de passar por decreto. Reconhece que o tempo foi "exíguo". Afirma, porém, que o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, tem ponderado ao Presidente que esse pacote é indispensável para a contenção do déficit público.